



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Melhorias no Processo de Análise e Concessão

Foi concluída a implantação da Centralização do Cadastro em janeiro de 2020, atendendo a todas as unidades do Banco. Com esta etapa concluída, foi proporcionado ao processo maior confiabilidade e governança. Com a implantação da segregação do processo de cadastro, se observou a verificação e a validação das informações documentais inseridas no sistema cadastral, bem como a padronização do fluxo e a guarda destes documentos em repositório eletrônico.

Ainda na linha da eficiência operacional e excelência do crédito, foi implementada a Avaliação da Qualidade por amostragem das operações de crédito e cadastro. A partir das amostras e apontamentos identificados, foram realizadas ações de qualificação das pessoas envolvidas em toda a cadeia do processo. Para o ano de 2021 será intensificada a tarefa de instruir os operadores do crédito e cadastro, visando a diminuir os riscos do negócio.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Exercício 2020	Exercício 2019
Receitas da Intermediação Financeira	950.361	1.506.463
Despesas da Intermediação Financeira	(589.818)	(987.753)
Resultado da Intermediação Financeira	360.543	518.710
Outras Receitas / Despesas Operacionais	43.520	(110.005)
Resultado Operacional	404.063	408.705
Resultado Não Operacional	1.175	(60.136)
Resultado Antes dos Tributos e Participações	405.238	348.569
Tributos sobre o Lucro	(119.622)	(47.621)
Participações Estatutárias no Lucro	(20.048)	(25.600)
Lucro Líquido	265.568	275.348
Juros sobre Capital Próprio	(76.479)	(105.029)
Lucro por Ação Básico e Diluído - Em Reais	8,95798	9,28787

Lucro Líquido

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2020 com lucro líquido de R\$265,6 milhões, face ao valor de R\$275,3 milhões em 2019. Houve discreta redução no Resultado Operacional, impactado principalmente pela redução nas receitas com TVM. No período destaca-se o crescimento no *Del credere* do FNO e nas tarifas bancárias enquanto ocorreu queda nas despesas de captação, empréstimos e repasses e PCLD.

Além das leis, regulamentações e deliberações pertinentes, a distribuição de resultado do exercício de 2020 atendeu a determinação da Resolução CMN nº 4.885/2020 onde a remuneração líquida devida ao acionista, na forma de Juros sobre Capital Próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, correspondeu a 30% sobre a base de cálculo. Portanto, no exercício de 2020 o JCP corresponde a 30,2263% da base de cálculo (40% em 2019). O percentual acima dos 30% corresponde ao imposto de renda incidente sobre a remuneração do acionista minoritário.

A participação nos lucros (empregados e administradores) a ser distribuída totaliza R\$20,0 milhões (R\$25,6 milhões em 2019).

Receitas

O resultado da carteira de crédito apresentou elevação de 91,3% impactado sobretudo pela redução na PCLD, encerrando o exercício de 2020 com R\$320,3 milhões, contra R\$167,4 milhões em 2019.

As despesas mencionadas com PCLD apresentaram queda na comparabilidade entre os períodos, registrando R\$118,6 milhões (R\$256,4 milhões em 2019). Fatos que contribuíram para a redução: resoluções emitidas pelo Bacen como ação mitigadora dos efeitos econômicos da pandemia da COVID 19, neutralizando possíveis agravamentos; liquidação de grandes exposições creditícias; e implantação de recuperações judiciais. Destaca-se que o exercício de 2019 foi fortemente impactado pela provisão de crédito elevada pela migração do nível de risco de operações de grande valor para categoria de maior risco.

As rendas de operações de créditos cresceram 4,6% representando R\$391,0 milhões no exercício de 2020 (R\$374,0 milhões em 2019), impactado principalmente pela modalidade empréstimos, especificamente o setor privado, que contribuiu com o montante de R\$167,0 milhões, face ao valor de R\$150,6 milhões observados em 2019.

Destaque para as renegociações que apresentaram elevação significativa, alcançando R\$945,6 milhões em 2020 (R\$354,3 milhões em 2019), sendo a Carteira de Fomento a principal motivadora para o crescimento. As renegociações foram amparadas em medidas legais (Resoluções 4.798/2020 e 4.782/2020), além das medidas administrativas, compondo as ações do Banco para enfrentamento dos efeitos econômicos causados pela pandemia da COVID 19. Tais medidas foram

iniciadas em abril, gerando reflexos ao longo de 2020.

O resultado da carteira de TVM apresentou decréscimo encerrando 2020 com R\$492,1 milhões, contra R\$1.079,3 milhões em 2019. O reflexo da variação deriva principalmente da marcação a mercado positiva que ocorreu em 2019 quando houve reclassificação de títulos que estavam na categoria "Mantidos até o vencimento" para "Títulos para Negociação", o que não aconteceu no exercício de 2020. A redução em renda fixa (destaque para as LFT's, LF's e Debêntures, indexadas pela Selic/CDI) e a desvalorização dos títulos também contribuíram para a queda acentuada na carteira.

Em obrigações por empréstimos e repasses o item que apresentou decréscimo foi o de despesas de obrigações com fundos de financiamento e desenvolvimento, encerrando o período com R\$266,8 milhões (R\$419,4 milhões em 2019), motivado pela despesa com a disponibilidade do FNO, gerada pela redução no saldos das disponibilidades (R\$4.781,2 milhões em 2020 e R\$7.025,6 milhões em 2019), haja vista o crescimento da aplicação de crédito, além da queda na variação da taxa extramercado que remunera os recursos disponíveis do FNO.

O *Del credere* de FNO teve crescimento de 17,4% em relação ao ano anterior, impulsionado pela expansão da carteira, especialmente das operações da área rural, efetivando R\$767,0 milhões (R\$653,3 milhões em 2019).

Receita de Recuperação de Crédito

No resultado consolidado de recuperação de crédito em 2020, o Banco alcançou o volume de RS 112,0 milhões para todas as fontes de recursos, incluindo FNO, contra o volume recuperado de R\$ 198,2 milhões no exercício de 2019.

Como justificativa para a redução na recuperação de crédito, destaca-se a representatividade das renegociações do público da Lei 13.729/18 (anteriormente Lei 13.340/16) na condição de principal vetor da recuperação no ano de 2019, tendo a referida lei vigorado até 31/12/2019.

Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços, incluindo tarifas bancárias, apresentaram discreto decréscimo, encerrando o período com R\$819,4 milhões, ante ao valor de R\$825,0 milhões apresentado em 2019. Destaca-se a redução da taxa de Administração do FNO, sendo que em 2020 os repasses de recursos realizados pelo Tesouro Nacional foram menores do que no ano anterior (R\$2.596,1 milhões em 2020 e R\$2.719,2 milhões em 2019).

As rendas de tarifas apresentaram elevação de 16%, expansão tanto nas tarifas PF quanto nas tarifas PJ, registrando R\$167,8 milhões no exercício de 2020, contra R\$144,0 milhões em 2019, motivado pelo crescimento no volume de contratações.

Outras Receitas

A Receita de segurança em 2020, alcançou o valor de R\$ 17 milhões contra R\$ 11,9 milhões em 2019 significando uma elevação de 42,94%.

DESPESAS

A conta de Despesas de Pessoal apresentou acréscimo de 2,6%, registrando R\$577,3 milhões, face ao valor de R\$562,6 milhões em 2019), tendo como destaques as despesas a seguir:

- Proventos: especialmente as indenizações do PAI, reflexo dos pagamentos efetuados no processo de desligamento dos empregados que aderiram ao programa lançado em dezembro/2019 e vigente até dezembro/2020, que registrou R\$21,3 milhões;
- Abono Indenizatório: pago aos empregados, em função do acordo coletivo 2020/2022, registrou R\$5,4 milhões;
- Treinamento: redução de 34,9%, que devido à pandemia, os treinamentos presenciais foram suspensos, ocasionando um montante de R\$2,4 milhões em 2020 (R\$5,4 milhões em 2019).

Em 2020, apesar das ações de controle de custos e melhora na eficiência operacional implementadas pelo Banco, as despesas administrativas gerenciáveis (sem considerar despesas de amortização e depreciação) apresentaram ligeiro crescimento de 1,8% quando comparado ao mesmo período de 2019, refletindo no registro de R\$238,5 milhões (R\$234,3 milhões). Os maiores incrementos foram nas despesas processamento de dados, sistema financeiro e propaganda e publicidade. Em relação as despesas com propaganda e publicidade, o Banco intensificou sua presença nas redes sociais e investiu na divulgação de novos produtos e serviços, como o App Sua Conta e a divulgação das renegociações por medida legal.

Ainda como reflexo da pandemia, além de suspensão de viagens internacionais e restrição de viagens nacionais, houve a interrupção de eventos de grande porte, impactando fortemente nas ações promocionais, exposições, congressos, explicando, portanto, a redução nas